

Carta aos Delegad@s

1ª Conferência Estadual das Cidades

Vimos, por meio deste documento, reafirmar publicamente a importância da Conferência das Cidades, enquanto espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil e como importante instrumento de democratização do processo de planejamento e gestão da cidade.

Reconhecendo esta Conferência como uma conquista histórica do movimento popular na promoção da reforma urbana e da inclusão social, conclamamos tod@s @s delegad@s a uma ampla mobilização e articulação na defesa das propostas abaixo:

■ Assegurar a leitura, discussão e votação do regimento, logo após a solenidade de abertura da Conferência;

■ O regimento da Conferência deve contemplar os seguintes itens:

- as formas de participação no processo de formação do Conselho Estadual das Cidades;
- presidentes e relatores dos grupos de discussão escolhidos entre @s delegad@s integrantes destes;
- @s delegad@s indicad@s, assegurado o princípio da paridade entre os segmentos, terão direito a VOZ e VOTO. Em caso contrário, somente a VOZ;
- a eleição d@s delegad@s será realizada nos segmentos, tendo como base a lista de delegad@s com a identificação de suas respectivas entidades. O voto será aberto através da apresentação do crachá de delegado. A candidatura a delegad@ nacional será por entidade.

@s delegad@s devem estar atentos às propostas que foram aprovadas em suas respectivas conferências: se foram contempladas nos relatórios de cada grupo de trabalho.

É importante manterem-se articulados com @s demais delegad@s de seus segmentos, no sentido de facilitar o processo de eleição, garantindo que os eleitos sejam realmente representativos, com uma profunda atuação na problemática urbana.

Aproveitamos este momento para nos posicionar sobre a forma como foi conduzido o processo de organização desta Conferência. Apesar da participação das entidades populares nas reuniões da Comissão Preparatória, prevaleceu a falta de sensibilidade e respeito da Comissão Executiva quando do acolhimento de propostas apresentadas pelas referidas entidades. A Comissão Preparatória teve um papel meramente consultivo. O comportamento antidemocrático da Comissão Executiva se outorgou o poder de decidir sobre: o temário, a programação, bem como todo o formato da Conferência, desconsiderando a contribuição de importantes segmentos da sociedade na construção de uma Cidade para Tod@s.

Esperamos que esta Conferência se pautem pelo espírito democrático e acolha as propostas dos diferentes segmentos aqui representados, na perspectiva de construir alternativas ao modelo excludente de cidade!

Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza/FBFF
Movimento dos Conjuntos Habitacionais/MCH
Federação das Áreas de Risco de Fortaleza/FEARF
Confederação Nacional de Associações de Moradores/CONAM
Cáritas Regional e Arquidiocesana
Instituto da Cidade
Conselho Regional de Assistência Social/CRESS
Central dos Movimento Populares/CMP

Comunidades Eclesiais de Base/CEB's
Pastoral do Menor
CEARAH Periferia
Centro de Assessoria Jurídica/CAJU - UFC
Centro Socorro Abreu
Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras
Conselho de Defesa Social/João XXIII